



GT22 - Educação Ambiental – Trabalho 89

## POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Adriana Lima Moraes – UFRJ

Carlos Frederico Bernardo Loureiro - UFRJ

### Resumo

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-graduação em Educação da UFRJ. Tem por objetivo analisar a construção das políticas públicas de educação ambiental da Secretaria de Educação de Santa Catarina. Utilizou-se a análise documental como estratégia metodológica, com a finalidade de apreender as determinações que compõem a construção dessas políticas, tendo como referencial teórico e metodológico o materialismo histórico dialético. Os resultados indicam que a organização gerencial do governo estadual, sob o neoliberalismo, promoveu um movimento de desresponsabilização do Estado na garantia de direitos sociais e instituiu uma lógica de parceria, que implica a subordinação do público aos interesses privados e na redução das políticas públicas à lógica de projetos e prestação de serviços. Nesse contexto, as políticas de educação ambiental são elaboradas, em grande parte, de forma vertical (da Secretaria para as escolas), a partir de uma concepção de escola idealizada, que desconsidera as condições de trabalho, o modelo de gestão escolar e a organização curricular da rede de ensino.

**Palavras-chave:** Educação Ambiental, Política Pública, Secretaria de Educação de Santa Catarina.

### Abstract

This article presents the results of a master's research carried out in the Graduate Program in Education of UFRJ. It aims to analyze the construction of the public policies of environmental education within the Santa Catarina Department of Education. The documental analysis was used as a methodological strategy, with the purpose of apprehending the determinants that make up the construction of these policies, having as the theoretical and methodological framework the dialectical historical materialism. The results suggest that the state management organization, under neoliberalism, promoted a movement of state responsibility to guarantee social rights and instituted a logic of partnership, which implies the subordination of the public to private interests and the reduction of public policies to logic Of projects and services. In this context, environmental education policies are elaborated largely vertically (from the Secretariat to the schools), from an idealized school conception, which disregards working conditions, the school management model, and the organization the curriculum of the educational network.

**Keywords:** Environmental Education, Public Policy, State of Santa Catarina.

## INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta o resultado de pesquisa que investiga a construção das políticas públicas de educação ambiental da Secretaria de Educação (SED) da rede estadual de Santa Catarina. A pesquisa utilizou a análise documental, no intuito de compreender as diversas determinações que interagem nesse cenário, a partir da perspectiva do materialismo histórico dialético, em especial das contribuições de Antônio Gramsci. A investigação constituiu-se de um estudo de caso, cujo recorte se orientou pela elaboração da primeira proposta curricular (PCSC), publicada no ano de 1991. A definição do recorte de pesquisa foi em função de a PCSC, com mais de duas décadas de percurso, conter diretrizes e princípios norteadores para a condução dos processos educacionais na rede estadual de ensino. Com base nisso, as principais categorias que englobam esse artigo foram sistematizadas, possibilitando relacionar o caminho teórico e metodológico orientado na PCSC e o desenvolvimento das políticas públicas na sua materialidade.

Os documentos pesquisados relativos à educação ambiental foram instrumentos orientadores, comunicações internas, ofícios, apresentações em slide, que continham diretrizes direcionadas às escolas da rede. No entanto, buscando estabelecer um confronto com a materialidade organizacional de gestão da SED e do modelo de administração pública do Estado de Santa Catarina, foram estudadas também as legislações pertinentes: a Lei Complementar nº 668, de 28 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal do Magistério Público Estadual, e a Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005, que estabelece o modelo de gestão para a Administração Pública Estadual e dispõe sobre a estrutura organizacional do Poder Executivo. Também foram pesquisados os investimentos feitos na área a partir das fontes oficiais do Tribunal de Contas de Santa Catarina e, no âmbito da SED, nos documentos disponibilizados pela Gerência de Administração Financeira. Para compreender o desenvolvimento das políticas nas escolas, foram analisados os dados de diagnóstico que foram realizados pela Gerência de Educação nos anos de 2014 e 2016.

Para a análise e o confronto dessas conjunturas, o artigo está baseado na concepção de Estado e de sociedade civil e nas categorias correlação de forças e sociabilidade de Gramsci. Essas categorias foram decisivas na compreensão das controvérsias observadas no campo discursivo das políticas e o seu desenvolvimento na realidade. O artigo foi orientado pelas seguintes questões: Como aconteceram e ainda se processam as políticas de educação ambiental na Secretaria de Educação da rede

estadual de Santa Catarina? Apesar da adoção de uma proposta curricular com base epistemológica histórico-crítica, na materialidade, qual é a corrente hegemônica prevalecente nas ações de políticas públicas de educação ambiental?

Os resultados propiciaram compreender que a educação ambiental apresenta-se estruturada em políticas construídas verticalmente da Secretaria para as escolas, sem um diálogo direto com outras políticas educacionais e reproduzindo um modelo gerencialista de política pública, sem problematizar os contextos materiais das escolas da rede. Configuram-se como uma estratégia distante do planejamento escolar, estruturado como um documento burocrático e protocolar. Os processos verticais de construção das políticas públicas promovem uma autonomia relativa à escola e ao educador, num olhar que preconiza a execução a partir de moldes ideais, construídos fora do espaço escolar.

Como contribuição de pesquisa, ressalta-se o ineditismo do foco de estudo, uma vez que não foram encontradas pesquisas referentes às políticas de educação ambiental da SED. Foram localizadas apenas pesquisas cujo enfoque de análise estava na dimensão da proposta curricular. Nesse aspecto, este estudo pode contribuir junto aos agentes que trabalham nas diversas instâncias da rede, bem como junto a outros que possam interessar-se pelo tema.

### **Quadro teórico adotado**

Este estudo destaca o materialismo histórico dialético como abordagem investigativa, ressaltando o caráter ontológico e dialético do método, que compreende a realidade como fruto de diversas mediações sociais, políticas e econômicas. Dentro dessa corrente, destaca-se também a Educação Ambiental Crítica como referencial epistemológico. (LOUREIRO, 2012)

A partir desse entendimento, considera-se imprescindível, em primeiro passo, conceituar política pública, Estado e sociedade civil, utilizando-se como referência o constructo intelectual de Antônio Gramsci. Para o pensador italiano, por Estado “deve-se entender, além do aparelho de governo, também o aparelho ‘privado’ de hegemonia ou sociedade civil.” (GRAMSCI, 2000, vol. 03, p. 159), o que ele chama de Estado Integral ou Ampliado.

Nessa problemática do Estado Ampliado, Gramsci apresenta a categoria de correlação de forças, que é atravessada pelos contextos econômico e ideológico, na dinâmica da luta de classes. O Estado é, portanto,

um campo de intensas relações de força, espaço de disputa da hegemonia e de luta de classes. O momento unificador entre sociedade política e sociedade civil se expressa na realização da supremacia por um determinado grupo social, através do domínio ou da direção intelectual e moral. A relação de supremacia mais consensual e menos coercitiva é própria da correlação de forças entre as classes sociais na disputa pela hegemonia em diferentes conjunturas. (OLIVEIRA e BERGUE, 2012, p.17)

Nessa coalisão ou unidade dialética entre o Estado e a sociedade civil e seu papel como ordenador da difusão de uma determinada ideologia, para fins do objetivo do artigo, destaca-se o papel “educador” do Estado. Como explicita Gramsci (2000), o “Estado tem e pede o consenso, mas também ‘educa’ este consenso através das associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados à iniciativa privada da classe dirigente.” (Vol. 03, p. 65). Essa classe dirigente é a classe burguesa, que “põe-se a si mesma como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade, assimilando-a a seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se ‘educador’.” (GRAMSCI, 2000, vol. 03, p. 171)

### **O modelo gerencial de Estado no Brasil – Os preceitos da Terceira Via**

Esse ponto de análise fundamenta-se nas pesquisas de Neves (2005), que utiliza-se do referencial teórico e metodológico gramsciano para conceituar as novas formas de luta pela hegemonia no marco atual do neoliberalismo, com destaque à disseminação dos preceitos ideológicos da Terceira Via no contexto brasileiro. A política da Terceira Via orienta um programa que possibilite um reordenamento político, econômico e das relações entre os sujeitos sociais, num movimento que pretende instaurar um novo projeto societário que tenha um alcance globalizado. Nesse contexto, esse projeto sustenta a necessidade de uma reforma estatal, que considere a construção de um novo Estado democrático e uma reconfiguração na sociedade civil. Isto quer dizer entender um Estado que seja capaz de sintonizar-se com organismos da sociedade civil, por intermédio da ampliação de espaços de participação, numa articulação direta entre a esfera estatal e a privada. (LAMOSA, 2010)

Inserido em um movimento mundial de estabilização do projeto neoliberal e de seu respectivo modelo de sociabilidade, operada pela transição do modo de produção do capital monopolista para o capital financeiro, pressupostos, princípios e estratégias foram pensadas para a difusão desse novo espaço estratégico do capital. Introduzida no

Brasil no início da década de 90, essa reestruturação, com característica periférica e dependente, incorporada à reestruturação do capitalismo tardio, implicou um processo de modificação no papel do Estado, num procedimento que ocasionou o desmonte de sua estrutura. Reflexo das transformações globais da crise capitalista mundial ocorrida a partir da crise de 1973, a transição brasileira promoveu uma ruptura no modelo desenvolvimentista e trouxe os fundamentos do liberalismo econômico, no caso brasileiro, um Modelo Liberal Periférico.

O Modelo liberal periférico tem conjuntos de características marcantes: liberalização, privatização e desregulação; subordinação e vulnerabilidade externa estrutural; e dominância do capital financeiro. O modelo é liberal porque é estruturado a partir da liberalização das relações econômicas internacionais nas esferas comercial, produtiva, tecnológica e monetário-financeira; da implementação de reformas no âmbito do Estado (em especial na área da previdência social) e da privatização de empresas estatais, que implicam a reconfiguração da intervenção estatal na economia e na sociedade; e de um processo de desregulação do mercado de trabalho, que reforça a exploração da força de trabalho. O modelo é periférico porque é uma forma específica de realização da doutrina neoliberal e da sua política econômica em um país que ocupa posição subalterna no sistema econômico internacional. (GONÇALVES, 2013, p. 57)

Ao mesmo passo que ocorriam esses rearranjos objetivos no campo político e econômico, estavam também em processamento mudanças qualitativas, de ordem hegemônica, que se processam num movimento dialético e controverso, próprio da sociedade capitalista. Esse processamento promove a difusão de concepções de mundo que trabalhem no sentido de reestruturar e elaborar um novo tipo de humano, que seja adequado a esse cenário. É nessa maneira que o Estado Educador atua em processos de autodisciplina, que tenha em vista o máximo de rendimento do aparelho produtivo, na condução de uma proposição moral e intelectual da hegemonia burguesa.

Essa compreensão é relevante, tendo em vista que, a partir dessas mudanças, a educação ambiental foi uma importante estratégia utilizada com início na década de 90, como forma de educação política, na disseminação dos pressupostos ideológicos imbuídos nesse novo modelo de sociabilidade capitalista. (LAMOSA, 2010). Assentada no conceito de governança, a conjectura da imagem de uma sociedade harmoniosa, em que diversas esferas da sociedade civil no âmbito coletivo e individual trabalhem para um bem comum, coloca a questão ambiental incorporada como uma agenda neoliberal, universalizando-se as discussões a respeito dos impactos e a degradação ambiental e suas possibilidades de resolução, desvinculadas de um debate que discuta sobre os condicionantes que originam essa problemática. (KAPLAN, 2010)

Assim, compreende-se que, além de situar historicamente as modificações no ideário de sociabilidade, é relevante empreender a análise a respeito dos componentes hegemônicos do modelo neoliberal, produzidos no Estado brasileiro e, em especial neste estudo, no Estado de Santa Catarina.

### **As políticas de educação ambiental: uma análise crítica**

A educação de Santa Catarina na rede pública estadual está marcada por vinte e quatro anos de trajetória de construção de uma proposta curricular (PCSC), cuja base se fundamenta nos princípios marxistas, inspirados pelo pensamento de Gramsci e Vygotsky. Iniciada a partir das reformas na educação ocorridas em meados da década de 80, após o período ditatorial no Brasil, diferentes movimentos empreenderam-se no País, com a finalidade de promover uma revisão curricular que pudesse ter em pauta a universalização de direitos ligados aos interesses das classes populares, por meio da oferta de um ensino público crítico, dentro e a partir da atuação da escola pública.

Em Santa Catarina, essa reforma curricular deu-se fundamentada no materialismo histórico dialético, considerando a perspectiva de Gramsci de Estado Ampliado e o sentido político do fazer educacional, compreendendo que a oferta igualitária na produção e apropriação de conteúdos culturais e científicos relevantes entre as classes dominantes e as classes subalternas, possibilita formas de luta política voltadas para a superação das relações de expropriação e dominação no capitalismo. A edificação dessa nova lógica educacional ocorreu sob a coordenação da Secretaria de Educação (SED), mediante o direcionamento de intelectuais orgânicos envolvidos em sua gestão, que se identificavam com autores de tradição marxista e da pedagogia histórico-crítica. Por meio de uma mobilização em processos de formação continuada para os educadores da rede, em função de uma produção coletiva, buscou, para além de uma ação meramente pedagógica, estimular o entendimento político acerca do papel social da escola, do educador e do segmento da sociedade que a escola pública atende.

Pensada a partir da concepção de uma escola pública que tivesse uma ação mais integrada, com caráter transformador e emancipatório, a PCSC foi concebida refletindo sobre os aspectos filosóficos, históricos e específicos das áreas do conhecimento, numa concepção educativa problematizadora, que possibilitasse um processo crítico e reflexivo acerca do ambiente e da sociedade, de modo a produzir conhecimentos abertos, passíveis de serem revisitados. Na gestão pedagógica, o projeto político pedagógico é compreendido como o elemento aglutinador, um instrumento de

planejamento e de avaliação dos processos pedagógicos da escola, cujos referenciais educativos pautam-se em planos de ensino fundamentados em um currículo integrado e, a escola, por meio dos seus sujeitos curriculares, autora da construção de seu caminho educativo. Dentro das categorias metodológicas, destaca-se a totalidade como forma de apreensão da realidade, que é pensada a partir da percepção “de que homem, mundo e sociedade estamos falando?”, tendo em conta que a totalidade social é um retrato de múltiplas e complexas relações e determinações, elemento essencial para a apreensão da natureza constitutiva do conhecimento. Isso se traduz no resgate do conhecimento científico, na pesquisa como elemento metodológico e na interdisciplinaridade como uma estratégia para superar a fragmentação do conhecimento.

Na primeira versão da proposta a educação ambiental não aparece explicitamente como um campo da educação em destaque. Entretanto, as discussões a respeito da problemática socioambiental estão contempladas nos conteúdos disciplinares, organizados de maneira que pudessem explicar o mundo no qual os sujeitos sociais estão inseridos e como esses sujeitos tecem a trama da história e, por meio do seu trabalho, transformam o mundo e a si mesmos numa discussão que coloque em tela a relação homem e natureza.

Em 1998, na segunda versão da PCSC, a educação ambiental já aparece destacada como um campo específico, sendo inserida como um tema multidisciplinar. Afirma-se no documento a abordagem histórico-cultural como norteadora para se pensar a educação ambiental, compreendendo-se “necessário clarear alguns conceitos com os quais ela está intimamente relacionada, sob pena de se cometerem equívocos e continuar a trabalhar sob a ótica tradicional.” (SANTA CATARINA, 1998, p. 42). O documento salienta que é preciso atentar para não fechar portas aos “avanços conceituais decorrentes da própria evolução da educação ambiental, para não estacionar-se no tempo, numa proposta que se torne ultrapassada e, portanto, incapaz de atingir seus objetivos.” (SANTA CATARINA, 1998, p. 42) Sendo assim, a “abordagem sistêmica” e o “pensamento complexo” são questões conceituais colocadas nesse contexto, como abordagens complementares entendidas como úteis para a fundamentação pedagógica da educação ambiental.

Na atualização de 2005 a educação ambiental não está inserida como uma temática em destaque, assim como estava colocada na versão anterior, não aparecendo também de forma significativa nos conteúdos dos temas abordados. Na versão de 2014 a educação ambiental entra novamente como um campo da educação, tratada como um

tema integrante da diversidade. A educação ambiental, nesse caderno, denominada de Educação Ambiental Formal, está posta num viés pragmático, como forma de mobilizar sujeitos no resgate de valores, na promoção de mudança de comportamentos, tendo em vista uma ação social de comprometimento com toda a forma de vida e uma convivência sustentável na sociedade. Para tratar do conceito de educação ambiental adotado, discorrendo sobre a sua finalidade, o texto destaca três referenciais metodológicos distintos: 1) “Programa Escolas Sustentáveis”, do Ministério da Educação, 2) da segunda versão da Proposta Curricular do ano de 1988, e 3) da Agenda 21 Estadual. Sendo assim, respectivamente, destaca-se a educação ambiental 1) como processo educacional da gestão, currículo, formação docente/discente e comunidade, 2) como um componente curricular contínuo, que ultrapassa manifestações esporádicas, em datas comemorativas ou fatos eventuais, e 3) como um processo em que os indivíduos constroem valores, habilidades e atitudes, individual e coletivamente, para atuarem evitando problemas ambientais e propondo soluções para os existentes.

Nessas passagens, observando a construção da PCSC desde a sua primeira versão e o desenrolar das demais atualizações, é possível observar a crescente influência do campo da educação ambiental nesses documentos, advinda de múltiplas matrizes ideológicas. A primeira atualização, ocorrida em 98, expressa muito bem esse movimento, quando diz que é preciso manter a PCSC atualizada com o que está sendo construído no campo da educação ambiental. No entanto, é preciso ressaltar que existem correntes epistemológicas com matrizes distintas na educação ambiental e, nesse aspecto, é possível observar, nos documentos da proposta, essa miscelânea de questões conceituais ligadas a fontes diferentes, sem que haja uma mediação crítica para isso.

Esse modelo materializa-se na conformação de Estado e de uma gestão pública, que se organiza pela criação de diversas agências, secretarias, setores, comissões, grupos, núcleos, dificultando a percepção das temáticas em sua totalidade. No âmbito da administração pública, isso ocorreu com a criação de estruturas descentralizadas, que tinham o intuito de desconcentrar a administração, inserindo 36 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) no Estado de Santa Catarina, oficializadas mediante a Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005. Modificadas em 2015 para Agências de Desenvolvimento Regional (ADR), impulsionadas por movimentos políticos que questionavam a eficácia dessa estrutura, as SDRs mudaram de status de Secretaria para Agência, na busca de reduzir custos e promover maior agilidade no trabalho dessas instâncias administrativas.



Esse novo modelo de administração subdividiu a estrutura em dois níveis. Em nível setorial, congregando as Secretarias setoriais, que possuem o papel de formular, normatizar e controlar as políticas públicas do Estado, dentro de suas áreas de atuação e, em nível de Desenvolvimento regional, que se responsabilizam pela implementação dessas políticas em nível regional.

A educação ambiental segue essa tendência fragmentária no regimento interno que orienta as ações da ADR, sendo mencionada sob a responsabilidade do cargo de Integrador Educacional, subordinado ao supervisor de Gestão de Rede na Gerência de Educação. A educação ambiental é, assim, apresentada como um tema de alcance pedagógico específico a um determinado setor e não como uma ação transversal, que perpassa e orienta os processos na administração pública.

Atendendo 1080 instituições de ensino da rede pública estadual, em um novo modelo organizacional concebido por meio da Lei Complementar nº 668, de 28 de dezembro de 2015, a SED conta com uma estrutura que abrange o Secretário Estadual de Educação e a sua equipe de gabinete, sete diretorias e suas respectivas gerências e o Instituto Estadual de Educação. Essas diretorias contemplam as pastas de administração e finanças, de gestão de pessoas, de gestão da rede estadual, de articulação com os municípios, de tecnologia e inovação, de políticas e planejamento educacional e de infraestrutura escolar. Essa estrutura conta também com os entes regionais da SED, as 35 Gerências de Educação, distribuídas nos 35 municípios-sede da regional, com abrangência de atendimento aos municípios vizinhos, subordinadas também às ADRs.

A educação ambiental, nessa conformação, integra-se em dois setores: o de Gestão de Rede e o de Políticas e Planejamento Educacional. Isto porque a primeira envolve-se na operacionalização dos programas e projetos junto às escolas, e a segunda situa-se na organização e no planejamento de políticas públicas da área. Refletindo sobre esse aspecto, o “planejar” e o “realizar” estando sob a responsabilidade de dois setores distintos, pode propiciar um terreno ainda mais fragmentado no contexto educacional, caso não haja um diálogo constante entre os dois setores e uma leitura de realidade no planejamento das políticas.

A fragmentação e a dispersão das ações no campo, influenciadas por esse modelo de administração, apresentam-se refletidas também no campo orçamentário, cujos recursos investidos na área mostram-se insignificantes. No banco de dados do Tribunal de Contas, não foram encontrados quaisquer recursos investidos em educação ambiental sob o vínculo da SED. Foram encontrados apenas recursos em fontes

pesquisadas no seu setor financeiro, provenientes exclusivamente de recursos federais, repassados por meio do Plano de Ações Articuladas<sup>I</sup>. Os investimentos ocorreram nos anos de 2013, 2014 e 2016, destinados a ações voltadas ao desenvolvimento regional da IV Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente<sup>II</sup>, formação continuada, ligadas às políticas de educação ambiental, educação afrodescendente e indígena e à elaboração do caderno pedagógico Educação e Diversidade. Esses dados revelam a falta de investimento estadual em atividades de educação ambiental na SED, o que propicia um painel de vulnerabilidade, que se alia às constantes mudanças organizacionais ocorridas. Destaca-se também a influência crescente do Ministério da Educação (MEC) na condução das políticas públicas no Estado, cujo modelo condiciona a adesão às políticas federais, por meio do repasse de recursos. As políticas públicas são formuladas de forma vertical, para os governos estaduais aderirem às políticas apresentadas. Tendo em vista as diferenças regionais dos Estados e as suas elaborações de políticas públicas realizadas localmente, essa verticalização promove controvérsias com construções já realizadas regionalmente e, com isso, enfraquece a autoria daqueles que estão nos processos regionais de base, partícipes da construção de políticas a partir da materialidade.

Outro aspecto que estampa o contexto fragmentário da educação ambiental diz respeito ao processo de institucionalização da temática na SED, iniciado na década de 80, por meio da criação do Núcleo de Educação Ambiental (NEA). Formado por técnicos da Secretaria e por diferentes instituições ligadas ao tema em Santa Catarina, o primeiro NEA SED tinha uma conformação multidisciplinar e interinstitucional, cuja incumbência situava-se em dar visibilidade às discussões que ocorriam, de modo a inseri-las no âmbito formal da rede estadual de ensino. A partir desse processo, a educação ambiental seguiu em períodos em que ganhou maior evidência e investimentos da Secretaria, como em outros de apagamentos e hiatos na condução dos trabalhos, aspecto percebido pela formação e ação inconstante da educação ambiental na SED que, no decorrer do tempo, foi modificando-se conforme as influências externas (na esfera federal e em relação a outros movimentos estaduais) e internas, no âmbito de

---

<sup>I</sup> “O PAR é definido como “o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo Ministério da Educação, que visa ao cumprimento das metas do Compromisso e a observância das suas diretrizes” (Brasil, 2007). Trata-se de um processo de planejamento concebido pelo MEC por meio de um instrumento dividido em quatro dimensões: gestão educacional, formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolar, práticas pedagógicas e avaliação e infra-estrutura física e recursos pedagógicos.” (Souza, 2011: p. 07)

<sup>II</sup> Programa coordenado pelo Ministério da Educação.

mudanças organizacionais e de gestão da Secretaria. O quadro 1 demonstra essas mudanças, apontando suas possíveis influências.

Quadro 1 – Processo de institucionalização da educação ambiental na SED

<b>Institucionalização da Educação Ambiental na SED</b>	<b>Período</b>	<b>Possíveis influências</b>
Criação do Núcleo de Educação Ambiental (NEA).	Década de 80	1981 na instituição da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA).
Alteração do NEA para Grupo de Trabalho de Educação Ambiental (GTEA).	1991	Publicação da Primeira PCSC.
Alteração do GTEA para Grupo Multidisciplinar de Educação Ambiental.	1998	Publicação da primeira atualização da PCSC.
O Grupo Multidisciplinar de educação ambiental reorganiza-se novamente como NEA.	2003	Elaboração da terceira versão da PCSC publicada em 2005. Construção da Agenda 21 Catarinense. Lançamento da I Conferência Infanto-Juvenil pelo meio ambiente. Lançamento do Projeto AMBIAL <sup>III</sup> .
O NEA deixa de existir e passa a integrar a Coordenadoria de Projetos Multidisciplinares.	2007	A pesquisa não teve alcance nas motivações de mudanças organizacionais.
Extingue-se as coordenadorias, que passam a ser chamadas de Articulação das Diversidades, englobando a educação ambiental e outras temáticas relacionadas à pasta.	2011	A pesquisa não teve alcance nas motivações de mudanças organizacionais.
O NEA SED foi reativado, também como diretriz para as Gerências de Educação e escolas.	2012	Lançamento da versão preliminar do Programa Escolas Sustentáveis e das orientações da IV Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente.
A educação ambiental já não atua por meio de NEA e esta divide-se sob a responsabilidade de duas gerências: a de Ensino Médio e de Jovens e Adultos.	2013	A pesquisa não teve alcance nas motivações de mudanças organizacionais.
Com a instituição de uma nova estrutura organizacional na SED, a educação ambiental situa-se na Diretoria de Política e Planejamento Educacional e Diretoria de Gestão de Rede.	2014	A pesquisa não teve alcance nas motivações de mudanças organizacionais.

<sup>III</sup> O projeto AMBIAL, elaborado pela Secretaria de Educação em parceria com o governo federal, buscou aliar a segurança alimentar e hábitos nutricionais adequados, a ações relativas ao combate à fome e ao desperdício de alimentos, por meio do aproveitamento integral dos alimentos. O projeto foi instalado em escolas-piloto, inseridas em regiões de baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), em todo o Estado de Santa Catarina.

Reativa-se novamente o NEA SED.	2016	No contexto da atualização da PCSC em 2014, cogitou-se a reativação do NEA, numa compreensão de que essa temática deveria perpassar todos os setores da Secretaria.
---------------------------------	------	---

Fonte: SED, 2016.

Nessas idas e vindas da constituição de um grupo responsável pela temática ambiental na SED é interessante observar a influência da proposta curricular na reativação desses grupos, levando em conta que as modificações de composição ocorreram em períodos semelhantes aos da criação e atualização da PCSC. Além disso, é possível observar também os outros campos de influência vinculados à lógica da Terceira Via, como é o caso da construção da Agenda 21 Estadual e das Conferências Infanto-Juvenis pelo Meio Ambiente, ambas partilhando da lógica de cogestão entre o Estado e a sociedade civil e na parceria público-privada.

Do ponto de vista metodológico, outra dissonância que retrata o processo de correlação de forças está nas orientações contidas nos documentos acerca das políticas públicas de educação ambiental, nos encaminhamentos acerca das diretrizes da constituição de grupos gestores de educação ambiental nas escolas da rede estadual. Isto porque, em diversos documentos, a SED ora orienta que a escola constitua um NEA, seguindo o formato estadual de composição, ora solicita que forme Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA), orientação metodológica construída pelo governo federal. Isso denota a falta de clareza em relação à construção dessas políticas, que se adaptam e são encaminhadas às escolas, nessa conformação vertical.

A primeira solicitação da criação de um grupo gestor nas escolas, representado pela mesma nomenclatura já usada na SED - Núcleo de Educação Ambiental, ocorreu no encaminhamento da Comunicação Interna nº 77, de 18 de abril de 2012, onde a SED apresenta os fundamentos dessa política, que tem como eixo articulador a constituição de núcleos de educação ambiental nas diversas esferas da estrutura organizacional da educação estadual. Na referida comunicação interna, intitulada “Constituição do NEA nas GEREDs e IEE”, pede-se que as GEREDs constituam os seus NEAs e, da mesma forma, solicitem a constituição do NEA nas unidades escolares. Em 2014, na parte que trata da educação ambiental na última versão da PCSC, o texto apresenta a COM-VIDA, Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida sem, no entanto, apresentá-la claramente como um modelo a ser seguido pelas escolas estaduais de Santa Catarina. A

COM-VIDA<sup>IV</sup> é uma orientação do Ministério da Educação relativa à gestão de educação ambiental na escola, em moldes semelhantes à política do NEA da SED, que tinha sido solicitada para ser implantada nas escolas no ano de 2012. No ano de 2016 essa orientação aparece no projeto institucional “Espaço Educador Sustentável e Promotor de Saúde”, lançado pela SED no mês de agosto, cujo objetivo geral é mobilizar as escolas a transformarem-se em espaço educador sustentável, atrelado a ações de prevenção e saúde.

Na regional de Joinville a política do NEA Escolas manteve-se desde a sua primeira instituição em 2012. Questionada quanto à nomenclatura divergente entre aquela já orientada como uma diretriz, a SED equacionou a questão deixando “livre” para a escola escolher o nome que melhor lhe atendesse. Sendo assim, no Caderno Orientativo de Educação Ambiental, que está em processo de finalização para publicação, as orientações de constituição de grupos gestores nas escolas aparecem como NEA ou COM-VIDA.

Buscando compreender o desenvolvimento dessas políticas na base, levando em consideração o trabalho de mobilização realizado desde 2012 nas escolas da regional de Joinville para a constituição dos NEAs escolares e tomando como base os dados de dois diagnósticos realizados pela GERED Joinville nos anos de 2014 e 2016, os resultados apontam a contraposição na elaboração e encaminhamento das políticas pela SED e o desenvolvimento na realidade escolar. Com uma estrutura inchada, pouco pessoal no administrativo e no pedagógico, escassez de período de planejamento, as políticas são incorporadas, em grande parte, “no papel” e, quando organizadas, são desenvolvidas sem um aprofundamento epistemológico e metodológico, em uma aproximação com o contexto disciplinar, numa perspectiva de totalidade. As atividades desenvolvidas por iniciativas de alguns professores ou dos gestores, como horta, jardins, arborização, são listadas como atividades em desenvolvimento, como se ações pragmáticas fossem a essência da educação ambiental. Dessa maneira, prevalece a falta de conhecimento e até certa alienação dos professores, coordenadores e gestores envolvidos, a respeito das políticas em vigência, mesmo em questões mais centrais, como é o caso da PCSC.

---

<sup>IV</sup> “A COM-VIDA (BRASIL, 2012b) é um colegiado formado por estudantes, professores, funcionários e gestores das escolas, assim como por membros da comunidade, que assumem atribuições de levantar os problemas socioambientais da escola e do entorno, dialogar e buscar respostas para eles.” (SANTA CATARINA, 2014, p. 65)

Buscando padronizar o modo e o “como” fazer a educação ambiental, as políticas são lançadas para as escolas verticalmente, sem um diálogo com as condições de trabalho e a estrutura e organização escolar, ou seja, não são promovidas a partir da estrutura da escola, tampouco atreladas a condições objetivas, mas vinculadas a questões metodológicas idealizadas fora do espaço escolar. Por não contarem com recursos vinculados à política, a lógica de parcerias é a ideologia implícita nesses processos. Nesse aspecto, o esforço das escolas fica muito mais em implantar a política, do que em empreender esforços estruturais, para que a educação ambiental esteja como parte integrante das discussões curriculares e do seu projeto político pedagógico. O dispêndio de energia das escolas fica em adaptar-se à política, em buscar formas dentro de sua estrutura para “encaixar” a política dentro de sua realidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No início da década de 90, período que iniciou a construção da PCSC sob a influência de um pensamento crítico, inseria-se igualmente no cenário brasileiro um movimento de disseminação de uma nova conformação social, nos moldes do neoliberalismo da Terceira Via. É nesse universo contraditório que se deve pensar o desenvolvimento das políticas educacionais e de gestão da SED, que transita nesse cenário de controvérsias e correlações de forças, que disputam por hegemonia.

Nesse campo de contradições encontra-se também a educação ambiental que sofre os reflexos da fragmentação, que ocorre no Estado neoliberal e inviabiliza o desenvolvimento de políticas contínuas e estruturais.

A educação ambiental aparece como um tema transversal, no entanto vai caminhando e adequando-se às questões conjunturais do Estado. Influenciada por diversas demandas de diferentes matrizes ideológicas, como uma pequena parte de um todo, a educação ambiental não se apresenta como uma ação de Estado, como um posicionamento do Estado ou uma política estatal, com vistas a uma sociedade mais justa social e ambientalmente. O NEA da SED traduz esse horizonte de contradições, transitando em terrenos epistemológicos diversos, sendo perpassado pela influência do ideário da Terceira Via e da PCSC, na perspectiva do materialismo histórico dialético.

Desse modo, as políticas de educação ambiental na SED, pressionada pelo processo de correlação de forças vindas de diversos campos de interesses (público e privado), acabam não se colocando efetivamente como uma temática integrada ao

contexto educacional como um todo, o que a deixa à margem dos desafios postos no campo da educação.

## REFERÊNCIAS

GONÇALVES, R. **Desenvolvimento às avessas – Verdade, má-fé e ilusão no atual modelo brasileiro de desenvolvimento**. Rio de Janeiro, LTC, 2013.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Vol. 3**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

KAPLAN, L. **Análise crítica dos discursos sobre Estado e sociedade civil nas políticas públicas em Educação Ambiental**. Florianópolis: V Encontro Nacional da Anppas, 2010.

LAMOSA, R. **A educação ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital: um estudo nas escolas de Teresópolis (RJ)**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e Educação: um olhar da ecologia política**. São Paulo, Cortez, 2012.

NEVES, L. M. W. (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo, Xamã, 2005.

OLIVERIA, M., BERGUE, S. T. **Políticas públicas: definições, interlocuções e experiências**. Caxias do Sul, Educs, 2012.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar nº 284, de 28 de fevereiro de 2005**. Florianópolis, Diário Oficial de Santa Catarina, 2005.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 668, de 28 de dezembro de 2015**. Florianópolis, Diário Oficial de Santa Catarina, 2015.

\_\_\_\_\_. **Comunicação Interna nº 077, de 18 de abril de 2012**. Florianópolis, 2012.

\_\_\_\_\_. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Uma contribuição para a escola pública do pré-escolar, 1º grau, 2º grau e educação de adultos**. Florianópolis, COGEN, 1991.

\_\_\_\_\_. **Proposta Curricular de Santa: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Temas Multidisciplinares**. Florianópolis: COGEN, 1998.

\_\_\_\_\_. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos**. Florianópolis: IOESC, 2005.

\_\_\_\_\_. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação Integral na Educação Básica**. Florianópolis, 2014.

SED. **Caderno Orientativo da Política de Educação Ambiental**. Florianópolis, 2016.

SIGEF, Em: <http://www.sigef.sef.sc.gov.br>. Acesso em 28 de jul. de 2016.

SOUZA, B. J. R. **O plano de ações articuladas (PAR) como instrumento de planejamento da educação: o que há de novo?** Brasília, Universidade Católica de Brasília (UCB), 2011.